

“As crises dos intelectuais e a intelectualidade intramuros”: entrevista com Vladimir Safatle¹

por Moizeis Sobreira de Sousa²

Vladimir Pinheiro Safatle possui graduação em filosofia pela Universidade de São Paulo (1994), graduação em Comunicação social pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (1994), mestrado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1997) e doutorado pela Université de Paris VIII (2002). Atualmente, é professor livre docente do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo. Foi professor visitante das Universidades de Paris VII, Paris VIII, Toulouse e Louvain. Desenvolve pesquisas nas áreas de: epistemologia da psicanálise e da psicologia, desdobramentos da tradição dialética hegeliana na filosofia do século XX e filosofia da música. É um dos coordenadores da International Society of Psychoanalysis and Philosophy.

O conceito de intelectual é, até certo ponto, instável. Como você o definiria?

A melhor definição, dentro desse tipo de contexto que vocês estão trabalhando, poderia ser alguém que intervém no debate da opinião pública a partir de uma atividade vinculada a algum campo do saber, que propõe um tipo de intervenção legitimada pelo saber que se desenvolve. Eu acho que aí tem duas questões importantes: a ideia de um processo de intervenção na opinião pública e também um modelo de trabalho e produção ligado a uma esfera específica do saber.

¹ Entrevista realizada no Departamento de Filosofia da USP, em Fevereiro de 2013.

² Doutorando do Programa de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da FFLCH-USP.

Em sua opinião, que papel cabe ao intelectual, sobretudo nesse tempo em que se exige do conhecimento uma aplicação imediata?

É redimensionar as pautas em circulação na opinião pública. Acho que a opinião pública é um campo de tensão, onde vários atores sociais aparecem para tentar limitar o debate. Há interesses econômicos, imprensa, interesses políticos e há os intelectuais, cuja função é trazer para esse debate questões que normalmente não circulariam de outra forma.

No momento atual, é possível falar em crise da intelectualidade?

Uma das grandes características de parte dos intelectuais é estar continuamente em crise. Se você fizesse essa pergunta nos anos de 1970, a resposta continuaria sendo positiva; se fosse nos anos de 1950, também. Esse estado de crise contínua vem do fato, eu diria, da voz dos intelectuais ser, dentre todas essas vozes que estão presentes no interior do campo da opinião pública, a mais franca. Isso ocorre por uma série de razões, dentre as quais destaco: aquela que circula com mais dificuldade, que precisa de muita força para ser ouvida. É claro que com uma pergunta dessa, talvez você tenha em vista a ideia de que já houve momentos em que a presença pública dos intelectuais foi mais forte. Eu diria que essa afirmação deve ser um pouco nuançada. Eu acho que houve alguns momentos muito particulares, os intelectuais tiveram mais voz, mas foram períodos muito curtos.

Recentemente, você falou sobre a quebra da hegemonia intelectual da esquerda no Brasil e associa isso à fase que a intelectualidade atravessa. A que fatores você associa essa quebra?

No Brasil, eu associaria a três fatores. Primeiro, o modelo de formação das nossas universidades, que, a partir de certo momento, estigmatizou esse tipo de atuação mais pública. Eu diria que os nossos grandes intelectuais públicos são de duas gerações passadas. Alguns ainda têm certa atuação, como Gianotti, Paulo Arantes, Boris Fausto, Marilena Chauí, mas são de, pelo menos, duas gerações passadas. Eu acho que houve um descuido da vida universitária nesse sentido, o que é uma coisa ruim. Acho que há uma confusão entre formação de pesquisadores, algo necessário... uma confusão tal que faz com que essa formação coloque sob suspeita tudo aquilo que não é já diretamente ligado à cada área de especialidade. Para algumas áreas, como, por exemplo, a filosofia, isso é mortal, porque sempre foram áreas de interfaces. Certamente, as áreas de

humanidades são as que mais sofrem com isso, porque os intelectuais públicos saem das humanidades; é muito raro ver um intelectual público que venha da área de exatas. O tipo de trabalho e produção das ciências humanas é muito particular. Existe, dentre da vida universitária, uma tentativa de mutação do padrão da produção intelectual. Existe uma espécie de desestímulo mudo em relação à escrita de livros, que são objetos adquiridos em qualquer livraria, com a finalidade de se concentrar, basicamente, na escrita de artigos científicos em revistas especializadas, que são veículos de muito baixa circulação, restrita aos pares, aos acadêmicos, sem o menor tipo de ressonância para além dos muros da universidade. O segundo ponto, que poderia valer para a perda da hegemonia cultural dos intelectuais, mas como a discussão está posta em torno dos intelectuais de esquerda, acho que têm um segundo e um terceiro elemento importante. Há um fator que é local, regional, brasileiro, e tem outro fator que é global. O regional diz respeito ao peso dos dez anos do lulismo no Brasil; isso é inegável. Apesar da avaliação do que foi ou não esse período, é certo que boa parte dos intelectuais de esquerda se engajou nesse governo, seja de maneira concreta ou apoiando processos que se deram nesse governo. Nesse sentido, é inegável que os equívocos do governo e da política nacional, para a opinião pública, entraram na conta da intelectualidade. Mesmo que uma parcela de intelectuais tenha abandonado o governo muito rapidamente, fica, para a opinião pública brasileira, uma ideia deste tipo: que intelectuais são esses que não conseguiram perceber que problemas dessa natureza poderiam ocorrer e não colocaram isso no interior do debate público o mais rápido possível? Isto vai pesando: os deslizes, os problemas do modo de governabilidade. Isso eu acho um elemento importante, que não pode ser negligenciado. Não foi a queda do Muro de Berlim que fez essa hegemonia ser perdida no caso brasileiro. Mesmo depois da queda do Muro de Berlim, ainda durou mais de dez anos a hegemonia cultural do debate à esquerda no Brasil. Também é bom lembrar que o grosso da intelectualidade brasileira não tinha vínculos com os partidos comunistas orgânicos, de modo que já havia sido feita a crítica do socialismo real desde os anos de 1970. Isso deve ser levado em conta. Tem outro elemento também que vai alimentando esse processo local, que é um processo global. Desde 2001, devido a uma série de fatores ligados à transformação da segurança no programa político central, uma política do medo foi sendo consolidada paulatinamente, o que acarretou uma guinada em direção a uma lógica identitária e xenófoba, criando um ambiente propício à recuperação, em escala global, de uma pauta política e, principalmente, cultural da direita. Foi-se percebendo rapidamente, principalmente por parte da direita mundial, que

as agendas de cultura e costumes eram importantes e sensíveis. Desse modo, politizou-se a cultura e a questão dos costumes de uma maneira muito efetiva. Esses debates sobre o casamento homossexual na França, por exemplo, dividiram a sociedade ao meio, de maneira que voltou a distinção entre direita e esquerda, mostrando claramente as divisões sociais e colocando outras versões dos problemas ligados à família, que são questões muito sensíveis ao conjunto da sociedade. A direita soube fazer isso muito bem. Existe uma ideia bastante interessante de um ensaísta americano chamado Thomas Frank que está no livro *What's the matter with Kansas?*, onde ele afirma que o que houve, na verdade, foi uma espécie de agenciamento, no qual a direita teve a sensibilidade para colocar algumas questões sociais importantes. Percebendo que havia uma insegurança social, a direita transformou isso em insegurança cultural. Para tanto, criou um amálgama em que associou o comando da vida política nacional, denominado por ela como elite liberal cosmopolita dos grandes centros urbanos, e o alegado modo de vida libertino dessas pessoas à insegurança social. Essa articulação revelou-se tragicamente inteligente, o que permitiu, mais facilmente, a recuperação desse medo no campo da cultura. O resultado disso é o fortalecimento da linha mais dura, mais canina do pensamento conservador, que dá vergonha para gerações anteriores do próprio pensamento conservador brasileiro, que faz com que gente como José Guilherme Merquior seja visto, hoje, como liberal.

A ascensão do pensamento conservador tem como uma das suas consequências o anti-intelectualismo?

Em alguns casos mais extremos, sim. A direita consegue colocar um discurso mais ou menos assim: “nossas universidades estão cheias de marxistas, ela só serve para isso, principalmente na área de humanas, onde não se faz pesquisa, mas só doutrinação”. Isso alimenta, dá uma carta de alforria para o sentimento anti-intelectual, que é muito presente na sociedade brasileira; sempre foi. Esse diagnóstico soa, para mim, como hilário. O departamento de filosofia da USP, por exemplo, é tido como um dos núcleos dessa escola de doutrinação, mas eu, quando me formei nessa faculdade, nunca tive um curso sobre Marx, mas tive sobre Locke, o pensamento liberal e Hobbes. Cito esses casos só para mostrar como isso não condiz em nada com a realidade. Isso é uma construção imaginária. Mesmo no departamento de sociologia, quantos cursos sobre Marx há hoje? É a minoria, deve ter duas ou três cadeiras, num curso de quatro anos.

Pode-se pensar que o interesse por Marx é desencadeado com a crise de 2008?

De fato, houve uma pequena recuperação como rescaldo da crise econômica de 2008, mas ela é pequena, sobretudo do ponto de vista da vida universitária. A partir de então, há um processo paulatino, lento e gradual de circulação, cada vez mais efetivo, de um pensamento crítico, que pode ser ou não marxista. Nesse aspecto, vale a pena lembrar que o pensamento de esquerda é maior que o pensamento marxista. Este é apenas uma vertente daquele e não é necessariamente a que vai configurar o campo do debate de esquerda daqui em diante. Não obstante essa caricatura da universidade [núcleo de doutrinação marxista], nós, dentro da vida universitária, diríamos quase o contrário.

A ascensão do pensamento conservador tem nas igrejas evangélicas, via teologia da prosperidade, um dos seus fomentadores. Acredita que falte ao meio evangélico uma teologia equivalente à teologia da libertação, que emergiu no catolicismo latino-americano, e que possa fazer frente a esse conservadorismo?

É uma bela questão. Eu diria que ela já existe. Há uma tradição protestante extremamente progressista. Basta lembrar que boa parte das discussões sobre direitos humanos, nos Estados Unidos, foi feita por igrejas protestantes. Martin Luther King era um pastor protestante. Há uma tradição nessas igrejas, muito vinculadas à comunidade negra, extremamente aguerrida e muito progressista em diversos aspectos. A desgraça que ocorreu, aqui, foi que o Brasil recebeu missionários protestantes muito ligados aos setores mais conservadores, organicamente vinculados aos batistas do sul dos Estados Unidos. Isso criou essa configuração do mundo pentecostal brasileiro, que não necessariamente, volto a insistir, é a única. Diga-se de passagem, na teologia protestante, nos debates da reforma, há reformadores que são pais dos direitos de resistência. Thomas Münzer é um deles. Existe, aliás, um belo livro sobre ele, escrito pelo Ernest Bloch, que o apresenta como a figura que sublevou os camponeses durante a revolta camponesa na Alemanha, mostrando que há uma vertente do pensamento protestante que vai desembocar no pensamento revolucionário. A Revolução Francesa foi influenciada pelo pensamento protestante, via huguenotes, que era um partido importante dentro da sua mobilização. Isso tudo sumiu no caso brasileiro. Eu acho que, muito mais inteligente que estigmatizar os evangélicos como o suprassumo do arcaísmo,

seria interessante mostrar como, dentro do pensamento protestante, há várias matrizes. Assim, o debate é insuflado por dentro. Eu diria que esse é um modelo para se intervir no debate político da religião que deveria ser mais utilizado e não apenas nesse caso. Eu considero estéril essa contraposição entre os que são laicos e aqueles que são completamente arcaicos. A situação brasileira é um exemplo, todavia eu diria que há um caso, estruturalmente, semelhante ao dos evangélicos brasileiros, qual seja: o dos islâmicos no mundo árabe. Eles são simetricamente parecidos. Trata-se do mesmo tipo de atuação social, realizada dentro de comunidades pauperizadas, completamente desarticuladas, onde eles operam uma rede de assistência social, oferecendo algum tipo de segurança e promovendo uma organização da vida familiar em desagregação. No caso dos protestantes, há a teologia da prosperidade, que é mais forte que os expedientes usados no caso islâmico. Eu diria, portanto, que, em ambas as situações, o modo de combate não pode ser exterior, mas interno, lembrando que, dentro da tradição muçumana, há um pensamento liberal dentre outras vertentes, ou seja, não existe uma voz única. É importante operar dentro dessa multiplicidade de vozes, como aconteceu na igreja católica. Quando você fala da teologia da libertação é só um exemplo bem sucedido de uma batalha que, durante certo tempo, produziu bons frutos.

Falta, aos intelectuais, mostrar que o universo evangélico/religioso não é homogêneo?

Falta um interesse concreto por teologia, que, nessas horas, seria muito bom. A sociedade sempre vai conviver com a religião. Isso é um dado da natureza tão forte como o crescimento das plantas. Nesse sentido, a questão é saber como operar dentre dessa multiplicidade de vozes que compõe o campo religioso. No caso brasileiro, os evangélicos se organizaram, do ponto de vista político, dentro de uma matriz conservadora. Em torno disso, houve uma construção de hegemonia, algo que deveria ser quebrado.

A produção do conhecimento e, conseqüentemente, da atividade intelectual está muito atrelado às agências de fomento. Você considera que essas agências tem exercido um efeito nocivo à atuação intelectual, na medida em que transforma a produção de conhecimento em algo semelhante à produção de mercadoria?

Não. Eu acho que elas têm uma função importante. Em larga medida, as agências de fomento, mesmo na ditadura militar, funcionaram, de uma maneira ou de outra, de

forma equânime, inclusive na área de ciências humanas. Eu não partilho dessa crítica dessa maneira. Eu faria outro tipo de consideração. Essas agências, além de agências de fomento, são agências de avaliação e, dentro desse processo, há um debate que precisa ser feito com muito mais cautela e cuidado. Esse debate vai sendo pautado por uma discussão que é feita fora, o que acarreta uma série de problemas, sendo o principal deles privilegiar certos padrões e critérios que não dizem respeito, em nada, a uma possibilidade de avaliação mais equânime e completa da produção intelectual ou da formação docente. Por exemplo, existem os rankings internacionais de universidades e o Brasil é muito sensível a isso. Não obstante, esses rankings são de um primarismo e arbitrariedade inacreditável. Há casos em que uma mesma universidade está no quinquagésimo lugar em um ranking; em outros, surge em septuagésimo, nono, quinto. Ou seja, não há uma definição clara do que seja um conjunto de critérios que possa, de fato, avaliar a produção. Boa parte desses rankings avalia, não apenas a produção em revistas especializadas, mas também citações. Se um artigo é citado trinta vezes, imagina-se que ele circula mais e, como tal, deve ter mais qualidade. Trata-se de uma premissa sofisticada. O fato de um artigo circular não significa nada além do fato de estar circulando. Se um artigo é escrito em farsi, ele vai circular pouco, mas isso não diz respeito à sua qualidade. Veja só, seria necessário, nesse sistema infeliz, escrever sempre em inglês, mas se eu escrevo só em inglês e publico em revistas acadêmicas especializadas, a interface entre universidade e sociedade desaparece completamente, porque eu não produzo mais no idioma do meu país e nem publico em órgãos que visam à opinião pública do meu país. No que se refere às humanas, isso é fundamental. Se eu faço uma pesquisa em sociologia não interessa apenas aos sociólogos, mas a todas às pessoas que são concernidas por determinadas mudanças sociais. Isso vale para filosofia, economia etc. Existe um tipo de reflexão que precisa ser feito, fundamentalmente, em contato com a sociedade, o que vem desaparecendo. É isso que queremos: uma universidade completamente isolada da vida social? Se é isso que a gente não quer, então precisamos discutir melhor a estrutura desse processo de avaliação. Outro critério de avaliação é a quantidade de alunos estrangeiros que circulam no país. Isso é ótimo, muito importante; sou completamente a favor, mas é preciso levar em conta que é completamente diferente uma situação, como a brasileira, de uma finlandesa. Na Finlândia, a universidade não funciona se não conseguir colocar, pelo menos, 20% de alunos estrangeiros, porque não tem estudantes suficientes, o que não tem nada a ver com a realidade brasileira. Ao contrário, existe um contingente de

estudantes brasileiros que não tem acesso à universidade no Brasil. É preciso tomar isso como prioridade. É evidente que, dentro dessas condições, nunca haverá 20% de alunos estrangeiros estudando no Brasil, mas não faz o menor sentido procurar uma coisa dessas. É surreal desenvolver políticas com essa finalidade. Enquanto isso, outros critérios que são fundamentais não são avaliados. Um critério fundamental, em minha opinião, seria o da empregabilidade. É importante perguntar: quantas pessoas, com doutorado, que saíram da universidade X, conseguiram emprego, particularmente em outra universidade? Eu não sou contra fazer avaliação. Inaceitável é o modelo de avaliação que vem sendo imposto; não se discute isso de uma maneira efetiva. É uma avaliação que leva em conta alguns critérios que são muito obscuros, vinculados a expectativas de hegemonia cultural e hegemonia intelectual de certos países, principalmente países de língua inglesa, que diz respeito a certa ideia de como a universidade deve funcionar. Por exemplo, avaliam nossa universidade e dizem: é um sistema muito rígido, porque o professor entra por concurso, você não pode modificar o salário dos professores a partir da sua produtividade. Até onde esse é um critério que, de fato, bloqueia todo o processo? Acho muito inefetiva esta crítica.

A dinâmica de produção do conhecimento e pesquisa é muito diferente por área, a quantidade de artigo de uma área pode ser muito maior do que a de outra.

Posso chegar pra você e falar: olha, você vai ficar escrevendo esses artigos de medicina, eu posso escrever 50 num mês, porque são artigos de 2, 3 páginas, tem 30, 40 pessoas publicando, você publica uma coisa aqui outra coisa ali. Que sentido faz você falar: o professor aqui publica 4 artigos por ano o outro publica 50? São artigos de 30, 40 páginas, que trazem o resultado de pesquisa, uma pesquisa isolada, só uma pessoa pesquisando, não tem 10 pessoas pra assinar 5 páginas. Então, é bizantino fazer essa discussão, você se sente realmente na Idade Média, tendo que explicar uma coisa dessas, tendo que fazer uma espécie de guerra de áreas. Você fala: não é possível a essa altura do campeonato perder tempo com esse tipo de coisa, quer dizer, a pessoa não tem sensibilidade pra perceber, não tem ninguém aqui que está enrolando o trabalho, porque, de fato, o modelo do trabalho é completamente diferente. Diga-se de passagem: quantos livros o pessoal das exatas publica? Veja, por exemplo, o caso do Miguel Nicolelis, um grande pesquisador, um grande intelectual, foi publicar seu primeiro livro agora. O que isso significa? Nada. Significa simplesmente que você tem um modelo de pesquisa e publicação completamente diferente e que deve ser respeitado enquanto tal.

O programa ciência sem fronteira, iniciado há pouco tempo, oferece um número irrisório de bolsas na área de ciências humanas. Como você enxerga essa medida?

Como um absurdo, um completo disparate. Não há justificativa alguma, a não ser um preconceito que certos setores do governo tem, um desconhecimento completo do que é a área de ciências humanas. Dizer que os problemas da área de humanas não são prioridades nacionais é uma brincadeira, uma piada. Quem é que vai analisar o problema do crescimento da violência na vida urbana? Quem é que vai analisar a formação do sistema literário brasileiro? Quem é que vai analisar, por exemplo, o modelo de intervenção clínica de depressão. É a psicologia. Psicologia é uma área de humanas. O que significa sofrimento psíquico? Relacionar sofrimento psíquico com social? Quem é que vai analisar isso? As pessoas não são prioritárias? Quem vai analisar o problema do legado da ditadura militar dentro da escola/vida institucional brasileira? Isso não é prioridade? As políticas de direitos humanos, isso não é prioridade? Quem definiu isso. Há uma noção de desenvolvimento completamente tosca, de um stalinismo típico dos anos 30 e que foi aplicado nesse caso. Eu acho uma vergonha e absolutamente indesculpável. Isso demonstra muito claramente o desconforto de certo setor do governo com determinados segmentos da universidade, com o tipo de reflexão que é desenvolvido nela e há de se admirar que isso venha de um governo que, diga-se de passagem, recebeu apoio consistente das universidades brasileiras na última eleição. Eu acho inaceitável.

Recentemente, você falou também do divórcio entre os intelectuais e o governo. Esse caso seria um sintoma desse divórcio?

Certamente, eu acho sintomático. Eu acho que o governo vai ficando cada vez mais autista, na sua incapacidade de ouvir certos setores da sociedade civil, que estão apontando, já há algum tempo para uma série de problemas que a sociedade brasileira tem passado. Há uma dificuldade, há um autismo muito grande, isso faz com que a universidade seja estigmatizada. A gente apanha de um lado do pensamento conservador, que consegue mobilizar seus espaços no interior da imprensa, e a gente apanha de outro, porque também o governo parece que alimenta isso de uma certa maneira, dando a impressão para a sociedade civil que, de fato, não há prioridade na área de humanas.

Esse isolamento dos intelectuais, mais particularmente dos quadros da área de ciências humanas, que acaba se tornando praticamente a mesma coisa, foi uma falha dos intelectuais por não conseguir estabelecer uma interlocução mais aberta com a sociedade?

Acho que têm vários fatores envolvidos nessa situação. Um deles é a implementação, lenta e gradual, desse modelo de pesquisa, que privilegia cada vez mais um tipo de produção, um tipo de debate que se perfaz intramuros. Eu lembro que teve um caso muito interessante na Europa, em que, num dado momento, os governos conservadores começaram a quebrar as universidades, por causa da crise; cortou-se verbas de universidade, vagas e postos de professores. Foi uma coisa brutal. Na Inglaterra, conseguiram privatizar o sistema universitário britânico. Hoje, no ensino britânico, você precisa pagar uma quantia extremamente alta para poder estudar. Então, o que aconteceu nesse momento? Os universitários saíram às ruas, mas observa que coisa interessante: ninguém se interessou, ninguém achou que o problema lhe concernia. Por que? Eles devem ter pensado o seguinte: “Você aqui na praça pública? Eu nunca tinha te visto. Você nunca esteve aqui, nem sei quem você é. A vida passou bem sem você e vai continuar passando bem”. Primeiro teve esse divórcio que foi um divórcio criando pelos modelos de acadêmicos que, dentre outras coisas, desconfia de qualquer modelo de relação mais profundo com a opinião pública ou com a sociedade civil; que não tem atuação fora da universidade. Então você faz com que, no caso brasileiro, até por questões políticas, boa parte dos intelectuais se afastou completamente da imprensa, se afastou completamente de vários processos de formação da opinião pública. Eu acho sempre um equívoco, eu acho que não se pode fazer uma coisa dessas, porque quem perde mais somos nós. Além disso, há um governo que é amedrontado pelas críticas; que teve um ciclo de realizações importantes, eu não sou daqueles que negam, que vê o lulismo como 10 anos obscuros. Eu acho que é necessário nuançar a avaliação, pois teve pontos positivos e pontos negativos. No entanto, é fato que, nesses últimos anos, existe uma incapacidade de coordenar perspectivas de longo prazo, de mostrar essas perspectivas para a sociedade civil e de fazer uma autocrítica, de questionar certas dificuldades no interior dessa experiência, de tentar revertê-las, existe um completo silêncio. É aquela teoria do jogo parado. Todo mundo joga a bola parado. Quanto menos se mover melhor, esperando terminar o segundo tempo. E é isso que está acontecendo. Nesse tipo de situação, os intelectuais estão completamente isolados, de todos os lados.

Você acha que os intelectuais estão conseguindo fazer uma proposição de modelo de sociedade ou eles estão fazendo a manutenção desse jogo parado?

Eu acho que o setor mais crítico da intelectualidade nacional no campo da esquerda passou muito tempo fazendo uma espécie de crítica ressentida, como uma espécie de mulher traída, algo como “Vocês me traíram, não era isso que eu esperava”. Isso nos fez perder muito tempo. Eu posso entender o desconforto e a decepção de vários intelectuais que passaram décadas envoltos em certo projeto e depois viram que a coisa não deu como eles esperavam, mas essa não é a função, não se espera dos intelectuais uma espécie de crítica do ressentimento e é o que ficou. Ficou parecendo o partido do ressentimento, está todo mundo ressentido. Isso não dá certo, não é assim. Você tem outra parcela do pessoal que aderiu, de fato, ao governo completamente, para quem não há crítica possível a ser feita. Tentam justificar até as coisas mais absurdas. O caso do mensalão é exemplar. É óbvio que há uma série de problemas, é óbvio que autocríticas deveriam ser feitas, mas eles não fizeram, preferiram entrar num discurso vitimizatório, de perseguição, que não é o que a sociedade civil espera e não espera com razão. Então, dentro desse quadro, falta a gente ainda conseguir fazer isso: o momento de pensar que é necessário agora mostrar força propositiva do intelectual brasileiro. A crítica a gente já conseguiu fazer, em larga medida, agora é colocar mesmo para sociedade civil, a gente tem um modelo de sociedade, isso é uma coisa completamente abstrata, mas nós temos consciência dos problemas, temos clareza de onde e como esses problemas podem ser superados, pelo menos como eles devem ser discutidos. Boa parte dos problemas se resolve quando você modifica o modo de discuti-los, sobretudo numa sociedade em que o governo parece que usa uma letargia, caucionando uma ausência completa de discussão. Você precisa de outro modelo de debate pra que mesmo algumas outras questões possam aparecer.

Parece-me que tem uma parcela da intelectualidade que foi cooptada, outra que não superou o trauma dessa separação. Não é o caso de surgir uma nova geração de intelectuais?

Veja só, eu não diria que foi uma parcela que foi cooptada, eu nunca usaria esse termo. Eles realmente acreditam nisso. Eles fizeram um cálculo estratégico: “não, tudo bem, existem problemas, mas a gente, para defender o que foi feito, é necessário passar por cima do problema”.

Não é mercenária?

Não acho que é isso, longe disso, eu acho que é um cálculo errado, um cálculo que eu nunca faria. Eles pensaram o seguinte: “vamos discutir aqui dentro, não vamos discutir pra fora, porque, discutir para fora, fortalece o nosso inimigo”. Essa discussão que é um modelo estratégico muito próprio de certos partidos de esquerda. É medonho, eu acho que é completamente errado, mas não acho que exista aí cooptação, é um cálculo equivocado. Agora é fato que o Brasil espera, eu diria, outra geração de intelectuais que cresceu, não nesse processo que deu em direção ao Lula, mas que cresceram a partir dele. Então, vai haver outro tipo de leitura e que tem pouca voz. Eu acho que esse é um pouco o drama da história.

A Universidade de São Paulo está em débito com a sociedade brasileira por não ter uma voz que ressoe e por estar acomodada a uma estrutura caduca e autoritária?

Não. Eu acho o contrário. Penso que a Universidade de São Paulo sempre produziu debates muito importantes, muito relevantes para a vida nacional, nunca se furtou a isso. Em larga medida, existe uma bela tradição na nossa universidade nesse sentido. Não é à toa que eu tenho orgulho de uma universidade que conseguiu produzir figuras como Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido, Milton Santos, Prado Junior, pessoas que conseguiram fazer um debate importante em várias áreas da vida nacional. Nesse sentido, é difícil entrar em contato em uma universidade no mundo que tenha tido uma representatividade tão grande na vida do seu país como a Universidade de São Paulo. É preciso fazer a comparação antes de fazer uma crítica abstrata da universidade. Todavia, eu acho que, de fato, a universidade dá muito menos do que deveria dar. Se ela tivesse uma estrutura menos burocratizada, mais racional e um modelo de gestão mais democrático, menos surreal, porque o modelo é completamente surreal. Existem dois modelos fundamentais de organização de uma universidade. Um deles é o modelo norte americano, no qual se contrata o reitor. Várias pessoas do país inteiro se oferecem, mostram seus currículos, mostram suas credenciais administrativas, intelectuais e são escolhidas. O outro modelo funciona, em larga medida, a partir de uma escolha intramuros, onde são os próprios pares que escolhem. O modelo nosso não é nenhum nem outro, ele tem os defeitos dos dois e não tem a virtude de nenhum. É um modelo completamente opaco. Deus sabe como é que são escolhidos os reitores. De um tempo pra cá, teve época melhor, eles estão longe de ser referências de intelectuais, o

que eu acho uma vergonha. Um sujeito que é reitor da universidade tem que ser uma referência intelectual, tem que ser alguém que todo mundo olha e fala: “esse é um grande pesquisador”. Veja o Lattes desses reitores. Há uma distorção dentro desse processo, então são pessoas que não podem sequer entender como é a vida de pesquisa da universidade, porque eles mesmos não fazem. Eles mesmos nunca se envolveram efetivamente, porque passaram a vida toda preocupados em assumir posto y, posto x, posto z, entraram dentro desse jogo da vida administrativa da ascensão administrativa no interior dos escaninhos da universidade. Isso é um problema muito grave. Sem contar que o processo de gestão é completamente irracional. Eu poderia aqui, durante horas, falar sobre o périplo homérico, senão kafkiano, que alguns alunos meus foram obrigados a passar pra conseguir fazer uma tutela com alguma universidade internacional. Foram dois ou três anos. É uma coisa completamente inacreditável, o que demonstra, muito claramente, que a universidade cobra coisas para as quais ela não tem a menor infraestrutura para conseguir. Ela precisaria resolver os seus problemas de estrutura e burocracia acadêmica.

Estamos nos tornando cada vez mais especializados em um determinado ponto e não estamos conseguindo fazer a leitura do fenômeno em sua totalidade. Essa formação especializada atrapalha o surgimento de intelectuais?

Eu acho um equívoco. Deveríamos ter uma política de incentivo para que dos alunos circulassem em outros departamentos, uma facilitação para aqueles alunos que querem ter dupla titulação. Se alguém quer fazer Letras e História, por que você não pode fazer? Por que não se facilita isso? Na Alemanha, isso é corriqueiro, o que te dá um tipo de formação extremamente importante. Existe uma série de políticas desse tipo que nem sequer foram pensadas, nem foram colocadas em pauta. Acordos interdepartamentais são emperrados até hoje.

Quais questões do mundo contemporâneo você gostaria de ver problematizadas pelos intelectuais?

Eu acho que, do ponto de vista geral, as questões são produzidas pelos intelectuais. O que ocorre é que elas circulam mal. Assim, o problema de circulação é o mais importante a ser tratado. Por exemplo, há milhares de pesquisas que são extremamente interessantes sobre a relação entre sofrimento psíquico e sofrimento social, mas circulam muito mal. Há questões extremamente relevantes, ligadas à

experiência da ditadura militar no Brasil. Poderiam até ser mais pesquisadas, mas também circulam muito mal.

É, parece paradoxal, por que, atualmente, dispõe-se de muitos eventos, canais de circulação de ideias, mas isso não chega até as pessoas.

E digo mais: tem uma sede de ideias. É uma coisa muito interessante da nossa época. As pessoas querem discutir os assuntos, querem debater, querem ouvir ideias. Lembro quando teve esses movimentos de ocupação dos alunos [na USP]. Qual que era o mote: “nós queremos discutir”. Diga-se de passagem, eles tinham a mais completa razão. Primeiro você abre o campo da possibilidade, depois você consegue até constituir melhor o que é o problema. Acho que existe uma demanda muito forte. Esse é um momento muito especial. Nosso presente é um momento muito especial nesse sentido. Você tem uma série de esquemas explanatórios que foram caindo, que não dão mais conta do que está acontecendo, você tem um desencanto muito forte, você tem um descontentamento que pode ser visto cada vez mais, em voz cada vez mais alta. Tudo isso são elementos decisivos para esses momentos históricos, em que um conjunto fundamental de ideias aparece, mas estamos na soleira desse processo, no preâmbulo. Eu acho importante ter essa consciência. Existe certo fatalismo depressivo entre os intelectuais, que é muito cômodo para nós, em que se pensa o seguinte: “ninguém quer nos ouvir, ninguém está interessado no que a gente faz. Então vou continuar fazendo desse jeito, porque ninguém está interessado e vou continuar aqui, sem culpa”. Isso é desonesto, porque é falso. Acho ao contrário, você tem uma época em que as pessoas procuram ideias, estão dispostas a ouvir. Eu lembro que, quando eu era moleque, nos anos 90, era muito mais difícil. Você falava uma série de coisas e ninguém estava querendo ouvir nada. Quando eu tinha vinte anos, nossos interesses políticos eram nada. Coisa nenhuma, em larga medida. Hoje, os jovens de vinte anos saem às ruas, fazem escrachos contra torturadores, têm uma atividade muito maior do que a da geração anterior. Então, eu acho que, nesse contexto, é covardia intelectual não aceitar que agora a gente precisa fazer as ideias circularem. Precisa conseguir, porque esse é o momento.

Você falou da covardia intelectual. Você acha que existe um pouco também de arrogância intelectual? Os intelectuais estão se comportando um pouco como se fossem aristocráticos.

Não, eu acho que isso é depressão. Cabe ao intelectual ter uma vida dupla, de agente duplo. Tem que saber desenvolver a sua pesquisa específica, na profundidade necessária, para conseguir circular bem entre seus pares e tem que saber fazer um processo de circulação de ideias, em que consiga sair dos limites da sua especialidade, pois não pode ser simplesmente um generalista, deve ter uma especialidade que lhe dê solidez, eu sempre fui a favor disto, mas ele não pode se cantonar. Então tem que ter uma vida dupla, uma vida de agente duplo. Enquanto ele não conseguir fazer isso, não vai conseguir ter uma boa função de intelectual.